

Maciel exalta o legado de José Mindlin

Morto no domingo, aos 95 anos, o empresário, advogado e jornalista José Mindlin foi homenageado pelo senador Marco Maciel, que foi seu

colega na Academia Brasileira de Letras. Mindlin, filho de imigrantes judeus ucranianos, dedicou a sua vida aos livros e à cultura brasileira. **6**



Arthur J. Freitas/ABR



Moreno Mariz

Jobim será ouvido hoje sobre programa de direitos humanos

Ministro da Defesa debate em comissão pontos da proposta do governo federal alvos de polêmica, como o que cria a Comissão da Verdade e o que propõe a revisão da Lei da Anistia

O Programa Nacional de Direitos Humanos será debatido hoje, às 15h, pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, com os senadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Vários pontos da proposta, divulgada no final do ano passado pelo governo federal,

têm sido alvo de polêmicas, como o que cria a Comissão da Verdade para investigar episódios ocorridos durante o regime militar, instaurado em 1964. O programa foi criticado pelo senador Francisco Dornelles, que vê nas medidas uma tentativa de “remoer fantasmas do passado”. **3**

Collor (C), entre os participantes do debate sobre qualificação profissional

Brasil tem mais doutores, mas produz pouca inovação

No primeiro debate da série sobre recursos humanos da Comissão de Infraestrutura, especialistas mostraram que,

apesar de o país ter mais produção científica e formar mais doutores, o número de patentes registradas caiu. **5**

Marisa lamenta tragédia no Chile e alerta Brasil

Para senadora, chuvas no país também são problema sério. **4**

Aposentadoria livre do IR para maior de 60 anos

Projeto será votado hoje, em decisão terminativa, pela CAE. **2**

Nova fórmula contra pirataria de remédios

Cidadania mostra como fugir das perigosas falsificações. **8**

Lei obriga doação de CDs a biblioteca

Objetivo é preservar a memória musical brasileira. **7**



Gerardo Magêlo

Marco Maciel, Papaléo Paes, Pedro Simon e Paulo Paim no Plenário, ontem: pauta segue travada por MPs

Prioridade de votações do Plenário são quatro matérias com urgência vencida

Para votar outras propostas, os senadores precisam antes examinar três medidas provisórias e um projeto de lei da Câmara.

Uma das MPs refere-se a recursos destinados ao Ministério da Saúde para prevenção e combate da gripe A (H1N1). **2**

César Borges propõe uma única definição de idoso – acima de 60 anos – para todos os fins, inclusive para isenção do pagamento de IR sobre rendimento da aposentadoria

CAE examina isenção fiscal para idosos acima de 60 anos

IDOSOS COM IDADE a partir de 60 anos poderão ficar isentos do pagamento do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão. É o que estabelece projeto do senador César Borges (PR-BA), que está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje, em decisão terminativa.

A isenção, limitada a rendimentos de até R\$ 1.164, também se estende a benefícios referentes a transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social. Hoje, a isenção é concedida apenas aos aposentados com idade a partir de 65 anos.

César Borges justifica que o Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03)



Jonathan Campos/Gazeta do Povo

Aposentados em agência do INSS no Paraná: adequação ao Estatuto do Idoso

elegeu como parâmetro a idade de 60 anos e que não tratou da isenção fiscal porque o tema exige lei específica e exclusiva. De qualquer modo, opina, não faz sentido um parâmetro fiscal e outro para demais fins.

Para o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), essa dualidade na definição de idoso é injustificada. “Após sua conversão em lei, também para fins fiscais, idosa será a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos”, diz.

MPs e projeto que muda LDB trancam votações

O Senado realiza hoje sessão deliberativa com a pauta de votações trancada por quatro itens. Eles têm prioridade por estarem com prazo para análise vencido. A primeira proposta, a MP 469/09, abre crédito extraordinário aos ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor de R\$ 2,168 bilhões, destinados à prevenção e ao combate da gripe suína (influenza A H1N1).

A pauta do Plenário também está obstruída pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09, originário da MP 470/09, que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste.

Já a MP 471/09 concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A última proposta a trancar os trabalhos é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 280/09, do presidente da República, que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para obrigar a formação de nível superior de professores da educação básica – educação infantil, ensinos fundamental e médio.

Noivos poderão usar internet para casamento



Aloizio Mercadante

A entrada de papéis para casamento civil poderá passar a ser feita por meio da internet, desde que haja credenciamento prévio da assinatura eletrônica dos noivos no Judiciário. Medida nesse sentido consta de projeto (PLS 386/09) que poderá ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. De acordo com o autor, Aloizio Mercadante (PT-SP), a proposta visa desburocratizar e tornar mais rápido o casamento civil, facilitando a vida dos pretendentes ao casamento, que não precisarão submeter-se a filas em cartórios. Pela proposta, o requerimento de habilitação para o casamento e os documentos exigidos poderão ser apresentados por meio eletrônico. Os cartórios de registro civil terão seis meses, a partir da publicação da lei, para adoção de procedimentos necessários, estabelece o projeto.

Cartório informará troca de nome após casamento



Serys Slhessarenko

Após a efetuar registro de casamento ou união estável, os cartórios poderão ser autorizados a enviar a outros órgãos públicos

– como Receita Federal e secretarias de Segurança Pública – as mudanças de nomes e de regime de bens do novo casal. Projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que prevê a nova atribuição aos cartórios, poderá ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A relatora do PLS 418/09, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), é favorável ao texto, que será votado em caráter terminativo na CCJ, podendo seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

Proposta cria banco de DNA para recém-nascidos



Valdir Raupp

A CCJ deve votar amanhã o Projeto de Lei 77/07, que cria um banco de sangue para recém-nascidos. Além disso, a proposta torna obrigatória a coleta universal de amostras de sangue para fins de identificação e confirmação de maternidade, em caso de troca ou desaparecimento de bebês em maternidades públicas ou privadas.

Se aprovado, o projeto segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, depois, ao Plenário. O relator é o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Autora do texto original, a deputada Sandra Rosado classifica o projeto como um “seguro de identidade biológica”.

Dono de cão poderá responder por ataques



Gim Argello

Proprietários, criadores de cães perigosos ou pessoas que detiverem sua guarda responderão civil e penalmente pelos danos que o animal vier a causar.

Relatado por Gim Argello (PTB-DF), o PLS 300/08, do senador Valter Pereira (PMDB-MS) – na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) –, lista as raças “perigosas” e proíbe sua presença em locais públicos, a menos que os animais estejam utilizando coleira e focinheira: rotweiller, fila, pastor alemão, mastim, doberman, pit bull, schnauzer gigante, akita, boxer, bullmatif, cane corso, dogue argentino, dogue de Bordeaux, grande pirineus, komador, kuracz e mastiff.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Três MPs trancam exame da pauta

14h A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta de votações está trancada por três medidas provisórias e pelo projeto de lei que dispõe sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, que tramita em caráter de urgência constitucional.

Presidência Publicações em braile

10h Serão entregues à Presidência, às 10h, na sala de audiências, o Código Civil brasileiro e o livro *O velho Senado*, de Machado de Assis, em braile. Às 11h, deve ser recebido o defensor público-geral da União, José Rômulo Plácido Sales.

CRA Transporte fluvial exclusivo

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para votar, entre outros, projeto que autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos em trechos dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial.

CRE Jobim debate direitos humanos

15h Em audiência pública, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebe o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele debaterá com os senadores o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.



J. Freitas

CAE Seguro-desemprego e DPVAT

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto que concede seguro-desemprego a pessoas que trabalham indiretamente na pesca artesanal (hoje, apenas os pescadores têm direito ao benefício). Outra proposta em discussão na comissão autoriza o parcelamento do pagamento anual do seguro obrigatório (DPVAT) para todas as categorias de veículos.

CMA Regras para postos de combustíveis

11h Entre os 11 projetos na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle estão propostas que tratam da fiscalização do comércio de combustíveis. O primeiro aumenta as punições a quem comercializar combustível adulterado e o segundo torna obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e revenda de combustíveis.



José Cruz

CE Adicional no Bolsa Família

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina, entre os 21 itens da pauta, projeto que aumenta benefício do Bolsa Família a estudantes que tiverem bom desempenho escolar. Outra proposta em análise torna obrigatório para o poder público fazer o recenseamento dos alunos da educação básica.

SESSÃO ONLINE: leia os pronunciamentos dos senadores em tempo real www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

De acordo com o programa federal, até abril o governo deverá enviar ao Congresso Nacional projeto para a criação da Comissão da Verdade

Jobim debate hoje programa de direitos humanos

O MINISTRO DA Defesa, Nelson Jobim, participa hoje de audiência pública, às 15h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o decreto resultante do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.

Os requerimentos de convite ao ministro foram apresentados pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Renato Casagrande (PSB-ES).

De acordo com o programa, lembra Azeredo, o governo se compromete a enviar ao Congresso Nacional, até abril deste ano, um projeto de lei com o

objetivo de criar a Comissão da Verdade, destinada a apurar violações de direitos humanos durante o regime militar.

Na opinião do senador, o programa aborda temas que são "objeto de grande controvérsia", como a virtual revogação da Lei da Anistia.

Na reunião da CRE que aprovou o convite a Jobim, foram acatados também requerimentos chamando à comissão o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, para falar sobre o mesmo tema. Mas o comparecimento de Vannuchi ainda não tem data marcada.



Ministro Nelson Jobim e senador Eduardo Azeredo em reunião da CRE realizada em julho do ano passado



Segundo senador, projeto tem "pluralidade temática de proporções bíblicas"

Para Dornelles, proposta quer "remoer fantasmas do passado"

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal no final do ano passado, argumentando que a defesa de tais direitos "não deve se confundir com recalques ideológicos ou esqueletos do passado, sob pena de ela própria perder o respaldo da sociedade".

– A política de defesa dos direitos humanos é peça essencial e legítima de qualquer programa de governo, mas entendo ser nosso papel alertar a sociedade para os perigos existentes nesse programa – declarou.

Medidas como a proposta de criação da Comissão da Verdade, segundo o senador, só serviriam para "remoer fantasmas do passado, gerar insegurança e instabilidade e pôr obstáculos à caminhada de nosso crescimento".

A comissão, que teria o objetivo de investigar os crimes cometidos durante o regime militar, é uma das medidas mais polêmicas do programa, tendo criado um atrito entre o ministro da Defesa, Nelson Jobim, crítico da proposta, e o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

– A inabilidade de seus idealizadores em conduzir o debate, marcado por fortes e veementes posicionamentos ideológicos, acabou por incendiar ainda mais o contexto de suas discussões – avaliou Dornelles.

Como destacou o senador, não se trata de ser contra "o resgate de nossa história", já que a busca por documentos

e depoimentos que reconstruam o nosso passado recente é "mais do que nosso dever". Mas ele questiona os eventuais resultados do trabalho de tal comissão.

– Em nome da redemocratização e da pacificação que houve neste país, a que serve o reavivamento de fissuras ideológicas e do revanchismo aberto de determinados setores?

O parlamentar acusa o programa de adotar uma "pluralidade temática de proporções bíblicas", em referência à enorme quantidade de temas abordados pelo documento, que teriam trazido "desconforto e apreensão aos mais diversos setores de nossa sociedade".

Dornelles criticou ainda propostas que, segundo ele, ameaçam a liberdade de imprensa.

– Ao suscitar a criação de uma comissão para "monitorar" o conteúdo editorial de empresas de comunicação, o programa levantou inquietações não somente no meio jornalístico, mas em toda a sociedade. Os órgãos da imprensa teriam que, doravante, submeter-se ao escrutínio dessa malfadada comissão?

Além de tratar de questões fundiárias e até mesmo do tributo sobre grandes fortunas, o programa investe também, acusa Francisco Dornelles, contra a livre manifestação religiosa, ao proibir imagens de caráter religioso em repartições públicas.

– Quer-se, assim, impor um desnecessário constrangimento ao exercício da religiosidade do povo brasileiro, não se sabe por que motivo – advertiu.

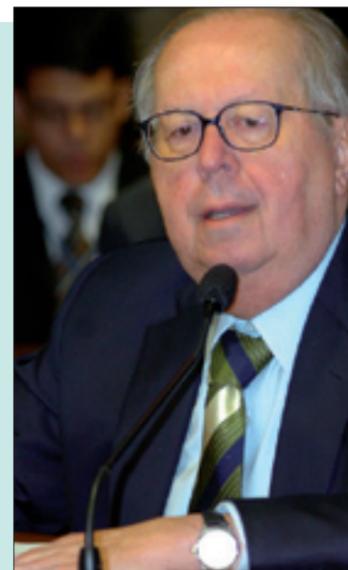
Comissão quer ouvir Amorim sobre apoio do governo ao Irã

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu convidar o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para, em audiência pública, expor as razões do governo brasileiro para discordar da intenção dos Estados Unidos e de outros países, possivelmente com apoio do Conselho de Segurança da ONU, de impor sanções ao Irã por insistir em seu programa nuclear, conforme têm noticiado jornais de todo o mundo. De acordo com as notícias, os Estados Unidos suspeitam que o programa nuclear iraniano busca produzir bombas atômicas.

O requerimento com o convite ao chanceler foi apresentado pelo senador João

Tenório (PSDB-AL) e ainda não há data para a audiência. Ele foi proposto uma semana antes da chegada ao Brasil da secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, que terá encontro com o presidente Lula e visitará o Congresso. Ainda de acordo com os jornais, Hillary Clinton tratará com Lula do programa nuclear do Irã.

Para João Tenório, o Congresso precisa ouvir o chanceler sobre as relações com o Irã, pois o governo brasileiro já manifestou publicamente apoio ao presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, "num momento em que até mesmo os tradicionais apoiadores do Irã, como Rússia e China, começam a se afastar"



João Tenório: tradicionais apoiadores se afastam enquanto Brasil apoia

daquele país.

– O Brasil, ao contrário, avança de maneira atabalhada em relação ao apoio indiscriminado ao Irã – ponderou o senador.

Simon critica decisão da Inglaterra sobre Malvinas

"Os fantasmas do passado devem ser enfrentados com força e determinação: colonialismo e prisões políticas são etapas ultrapassadas que, com o empenho de cada um e a ajuda de todos, haveremos de superar." O comentário foi feito pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao registrar a decisão da Grã-Bretanha de explorar reserva de petróleo na costa das ilhas Malvinas e a morte, em Cuba, do dissidente Orlando Zapata Tamayo, após 85 dias de greve de fome na prisão.

Simon opinou que o Brasil não pode ignorar o fato de a recente descoberta de uma reserva avaliada em 18 bilhões de barris ter instaurado novo clima de tensão entre a Argentina e a Inglaterra. Ele lembrou que, em 1982, ingleses e argentinos travaram uma guerra pela posse das ilhas Malvinas, vencida em apenas três meses pelos britânicos, com o apoio dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O senador ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula do Grupo do Rio, realizada no México, apoiou a Argentina e cobrou uma ação mais enérgica da Organização das Nações Unidas (ONU). Na avaliação do senador, o Brasil não



Pedro Simon também afirmou que Cuba contraria todos os paradigmas de liberdade

pode ficar alheio ao que o fato representa: uma nação situada a 13 mil quilômetros das Malvinas despachando plataformas de petróleo para explorar reserva de cerca 18 bilhões de barris.

Cuba

A respeito da morte do cubano Orlando Zapata, o senador observou que a visita de Lula a Cuba, que tinha o objetivo de servir como último abraço de Lula como presidente em Fidel Castro, terminou dominada pela greve de fome do dissidente. Simon lamentou que Cuba viva hoje o dilema do partido único, do jornal único e do poder único, que

contrariam todos os paradigmas de liberdade que inspiraram a revolução protagonizada por Fidel e seus aliados, em 1959.

– Lula era o homem errado, no lugar errado, fazendo e dizendo coisas erradas. Mudo estava e muda ficou quando os jornalistas internacionais interpelaram o presidente cubano, Raúl Castro, sobre a tragédia de Zapata. Lula apareceu sorridente nas fotos dos jornais, ao lado dos irmãos Fidel e Raúl, em descompasso flagrante com o mundo, consternado, que preferia discutir as condições políticas do regime que levou Zapata ao fim por inanição – disse Simon.



Garibaldi comenta pesquisa que aponta baixa credibilidade do Congresso

Garibaldi cobra meta de ação para o Legislativo

Garibaldi Alves (PMDB-RN), ex-presidente do Senado, reagiu à pesquisa do Instituto Datafolha segundo a qual apenas 14% dos 2.623 entrevistados considera a atuação dos parlamentares federais “boa ou ótima”. Para o senador, o Congresso só vai recuperar sua credibilidade perante a opinião pública votando projetos importantes para o país, como os que beneficiam os aposentados – que estão em exame na Câmara. A pesquisa foi publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*.

O senador apontou ainda que uma das razões para o resultado está no fato de o Parlamento não exercer plenamente suas prerrogativas e permanecer subordinado ao Executivo e ao Judiciário. Este Poder, comentou, está se empenhando em combater a morosidade.

– O Judiciário está se libertando da lentidão de que a sociedade reclamava. Como Poder, quais são as nossas metas? Não sabemos. Nunca poderemos deixar de lado a questão das medidas provisórias que continuam a paralisar o Poder Legislativo, assim como o exame dos vetos – lamentou.

Mão Santa destaca crescimento do PSC no Piauí

Mão Santa (PSC-PI) relatou ontem reunião do seu partido em Parnaíba (PI), no último sábado. Ele enfatizou o crescimento da legenda, que contava com 57 diretórios no estado e agora está presente em 150 cidades. O objetivo é chegar às eleições de outubro com diretórios nos 224 municípios piauienses, disse.

O senador informou que o encontro contou com representantes do PSDB, do DEM e do PR e que o PSC marcou sua posição oposicionista no estado. Heráclito Fortes (DEM-PI) não pôde ir ao encontro, explicou Mão Santa, porque não é mais possível aterrissar à noite em Parnaíba, embora o governador Wellington Dias afirme que o aeroporto é internacional.



Mão Santa afirma que PSC está presente em 150 municípios do Piauí

Senadora acredita que boa estrutura de Defesa Civil contribuiu para reduzir o número de mortos na tragédia e defende ajuda dos países latino-americanos ao vizinho

Marisa pede ajuda para o Chile e alerta sobre chuvas no Brasil

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS) lamentou ontem o terremoto e o tsunami ocorridos no final de semana no Chile – causando a morte de mais de 700 pessoas – e propôs que todos os países, sobretudo os latino-americanos, ajudem na reconstrução do país.

Marisa lembrou que a intensidade do tremor foi superior à do ocorrido no Haiti, em janeiro, embora no Caribe o número de mortos tenha sido muito maior (mais de 200 mil).

A senadora ressaltou que o Chile conta com um Exército e uma Defesa Civil bem estruturados, enquanto o Haiti não dispõe de tecnologia e de informações suficientes para minimizar catástrofes naturais, como os terremotos.

Enchentes

Depois de lembrar as enchentes ocorridas no território português da Ilha da Madeira, no oceano Atlântico, Marisa disse que as chuvas de verão também vêm afetando muitos estados brasileiros, causando prejuízo à população mais carente.

– As grandes cidades estão cada vez mais se favelizando. A cada verão as enxurradas tomam conta e quem sofre mais são as pessoas humildes que não têm como se opor às intempéries – afirmou.

Marisa Serrano defendeu a aprovação de dois projetos que



Marisa lembra que terremoto no Chile foi mais forte do que o ocorrido no Haiti

apresentou relacionados ao tema. Um deles, o PLS 41/10, permite a suspensão do pagamento de prestação de casa ou de aluguel se uma calamidade pública afetar a capacidade de

pagamento do financiado ou do arrendatário. O outro (PLS 41/09) autoriza dedução no Imposto de Renda Pessoa Física das doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap).

Comissão decide sobre política urbana e apoio a desabrigados

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se amanhã para votar projeto que trata das diretrizes gerais da política urbana. O PLS 331/06, da ex-senadora Roseana Sarney, permite que a União reduza ou até mesmo dispense, em determinadas situações, a contrapartida financeira nas transferências destinadas a programas habitacionais de interesse social. A medida prevê o benefício para municípios com população inferior a 25 mil habitantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

“desde que apresentem indicadores sociais e econômicos desfavoráveis em relação à média nacional”.

Outra proposta que será examinada estabelece prioridade nas políticas e ações da União ao cidadão que perdeu seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos (PLS 572/09). O senador Romeu Tuma (PTB-SP), autor do projeto, alega que, diante das tragédias motivadas por enchentes, alagamentos e transbordamentos de rios, os poderes públicos municipal, estadual e federal



Tuma: vítimas de enchentes devem ter prioridade em programas do governo

fogem às suas responsabilidades e se acusam mutuamente. Ele salientou que a sua proposta permitiria à União priorizar o atendimento das vítimas em programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Rio quer empréstimo do Banco Mundial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decide hoje se autoriza o estado do Rio de Janeiro a tomar emprestados até US\$ 485 milhões junto ao Banco Mundial (Bird).

Os recursos vão ser usados para reforço da educação, ampliação do atendimento em saúde, melhoria no ambiente de negócios e ganhos fiscais.

O pedido de empréstimo para o Rio (Mensagem 59/10) prevê que o dinheiro seria liberado até o fim de dezembro de 2011. O pagamento ao Bird será feito em 47 parcelas

mensais e sucessivas, a primeira em abril de 2016.

Clube de Paris

Na mesma reunião, a comissão pode também aprovar dois projetos de reescalonamento de dívidas de países devedores do Brasil – Cabo Verde e Suriname –, prevendo perdão de parcela dos juros devidos.

Cabo Verde é um arquipélago na costa oeste da África, na altura do Senegal. A dívida com o Brasil é de US\$ 3,895 milhões, mas a Mensagem 60/10 sugere o perdão de

US\$ 1,198 milhão, referente aos juros de mora devidos até 31 de dezembro de 2008.

Cabo Verde vem renegociando sua dívida com o Clube de Paris, que reúne os principais países credores, mas a proposta brasileira concede um perdão menor que o adotado naquele grupo (entre 67% e 90%).

Vizinho brasileiro ao norte, o Suriname (Mensagem 61/10) deve US\$ 118 milhões e o governo propõe perdoar US\$ 35,7 milhões, referentes aos juros de mora devidos até fevereiro de 2009.



Projeto de Tasso Jereissati está na pauta da Comissão de Educação

Bom aluno pode ter ganho extra no Bolsa Família

Alunos com bom desempenho escolar que pertençam a famílias beneficiadas pelo Bolsa Família poderão ter direito a um adicional a ser pago pelo programa, sugere projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A proposta (PLS 247/09), que tem parecer favorável da relatora Marisa Serrano (PSDB-MS), está na pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de hoje, em decisão terminativa.

Em seu relatório, Marisa Serrano defende o PLS 247/09, inclusive com duas emendas já aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo projeto, esse benefício variável será pago em razão de resultado positivo, em avaliação oficial, alcançado por crianças de 6 a 12 anos e adolescentes de 13 a 17 anos. O valor desse adicional será definido pelo governo e não haverá limite para seu recebimento por família.

Papaléo: é preciso novo esforço contra mortalidade infantil

Embora venha diminuindo, a mortalidade infantil ainda é muito alta no país, alertou ontem Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele elogiou o governo federal pela organização do Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste-Amazônia Legal, que faz parte do Compromisso pela Aceleração da Redução das Desigualdades Regionais, celebrado entre o governo federal e os governos estaduais da região Nordeste e da Amazônia Legal.

– É importante que o pacto ocorra dentro de um contexto mais amplo de intervenção do poder público, pois as causas da mortalidade estão intimamente vinculadas a fatores como falta de atenção adequada à gestante, baixo nível educacional, baixa renda, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e pequena oferta de água e esgoto tratados – disse o senador Papaléo Paes.



Senador diz que mortalidade também está ligada a baixo nível educacional

Dirigente da Capes afirma que número de patentes registradas pelo Brasil caiu no triênio 2005-2007, enquanto Índia e China tiveram grande crescimento



Senador Fernando Collor, entre os debatedores Paulo Alcantara Gomes, Sandoval Carneiro Júnior, Roosevelt Tomé Silva Filho e Wilson Lang, preside audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura

Brasil tem mais doutores, mas produz pouca inovação

COMO ESTÁ A formação de mão de obra para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura no país? Especialistas ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) traçaram um cenário preocupante.

Com estímulos de agências governamentais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a produção científica, medida pela publicação de textos acadêmicos em revistas especializadas, cresceu muito e hoje o Brasil supera a Holanda e a Rússia, segundo o diretor de Relações Internacionais da Capes, Sandoval Carneiro Júnior, um dos participantes da audiência.

O sistema de pós-graduação brasileiro exibe números razoáveis: 4.100 cursos, por onde passaram mais de 150 mil alunos – um terço no doutorado e dois terços no mestrado. Mas isso não foi suficiente para assegurar inovação tecnológica:

no triênio 2005-2007, o número de patentes registradas pelo Brasil no United States Patent and Trademark Office (Uspto) caiu 13% em relação ao triênio anterior (2002-2004), enquanto dois países que integram o chamado Bric – Índia e China – tiveram crescimento de 48% e de 53% no volume de patentes registradas no Uspto no período 2005-2007.

O diretor da Capes atribuiu o problema a uma opção da empresa brasileira: em vez de investir em inovação, ela prefere comprar a tecnologia que vem de fora do país.

A quantidade de pesquisadores também é apontada como um fator negativo: enquanto o Japão tem 700 para cada 100 mil habitantes, o Brasil apresenta a modesta média de 34 por cada 100 mil.

Na presidência da reunião, o senador Fernando Collor (PTB-AL) criticou a falta de visão do empresário brasileiro, que, segundo ele, sacrifica o futuro em função de resultados em curto prazo.

O reitor da Universidade Cas-

telo Branco, do Rio de Janeiro, Paulo Alcantara Gomes, disse que a solução para o problema deve começar no ensino básico, que precisa ser reforçado – ideia que recebeu o apoio de Fernando Collor. A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), também presente à audiência pública, afirmou que o cuidado com as crianças desde a pré-escola forma cidadãos e profissionais mais habilitados para os novos desafios do mercado.

Apagão

O ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Wilson Lang disse que o Brasil está diante do que chamou de um apagão de gente, em que a demanda por profissionais qualificados não é atendida pelas escolas de formação.

Outro participante da audiência pública, Roosevelt Tomé Silva Filho, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentou aos senadores as políticas para inclusão social adotadas pela pasta.

Transportadores de cargas podem ser isentos do IPI

Os transportadores autônomos de cargas poderão se beneficiar de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos de fabricação nacional, desde que utilizados para transporte de mercadorias. O benefício está previsto em projeto da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), em exame na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). De acordo com o PLS 380/09, a isenção de IPI, que atualmente vigora para táxis ou veículos de propriedade de pessoas com deficiência, será estendida a caminhões, camionetas e furgões, desde que utilizados para transporte de mercadorias no Brasil, por motoristas que trabalham sem vínculo empregatício com empresas de transporte de cargas.

Para Rosalba, os transportadores autônomos de cargas são uma categoria profissional que merece ser apoiada na manutenção de seu negócio. Ela afirma ainda que o preço mais baixo desses veículos estimulará a renovação da frota nacional, tornando as estradas mais seguras.

CCJ vota novas regras para contratos de publicidade

O projeto que fixa regras específicas para licitações e contratos relacionados com serviços de publicidade prestados ao poder público (PLC 197/09) poderá ser votado amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), acredita que a proposta aprimora a legislação reguladora das licitações e dos contratos administrativos (Lei 8.666/93). É nessa área, destaca ele, que se verificam as maiores irregularidades.

Dornelles aponta que os problemas começam já no processo licitatório, com o favorecimento de determinadas agências de propaganda, o que é possível pela natureza “altamente subjetiva” do sistema de seleção. “Os escândalos políticos dos últimos anos demonstraram como muitas agências são utilizadas como meros intermediários em esquemas de desvio de dinheiro público, seja para o financiamento de campanhas políticas, seja para o puro e simples enriquecimento ilícito de agentes públicos”, diz o relator.

Criação de prontuário eletrônico deve ser votado amanhã na CCT

O Sistema Único de Saúde (SUS) e as operadoras dos planos de saúde deverão adotar um sistema de prontuário eletrônico do paciente. É o que determina projeto de iniciativa da então senadora Roseana Sarney que será examinado amanhã pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a partir das 8h30. O parecer do relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), é pela aprovação.

O projeto (PLS 474/08) estabelece a informatização do registro, da comunicação, da transmissão e da autorização de procedimento ambulatorial e hospitalar, e de internação, além de outros dados sobre o paciente.

A proposição também prevê o envio por meio informatizado, mediante o uso de assinatura eletrônica, de resultado, laudo, receita, guia, autorização, registro de internação e procedimento ambulatorial e hospitalar, entre outros documentos utilizados no setor de saúde. Para isso, deverão ser criados cadastros nacionais de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde.

A intenção de Roseana Sarney ao apresentar o projeto é que esses cadastros atinjam a totalidade dos cidadãos brasileiros, os profissionais de

saúde em atividade no país e os serviços de saúde públicos e privados em funcionamento no território nacional. Cada cadastrado receberá um número nacional de identificação e será facultado meio de acesso aos sistemas.

Também está na pauta da CCT projeto (PLS 28/03) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base. A matéria recebeu voto contrário do relator, Flávio Arns (PSDB-PR).

A comissão deverá analisar ainda outras 30 matérias relacionadas a autorização para funcionamento de emissores de rádios comunitárias, permissão para exploração de serviço de frequência modulada e renovação da concessão outorgada à TV Atalaia, de Aracaju.



Parecer de Wellington Salgado é pela aprovação da proposta

Comissão decidirá sobre o parcelamento do DPVAT

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará hoje projeto (PLS 437/08) que autoriza o parcelamento do pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). A proposta envolve todas as categorias de veículos, da mesma forma que já é permitido para o Imposto sobre a Propriedade de Veículos

Automotores (IPVA).

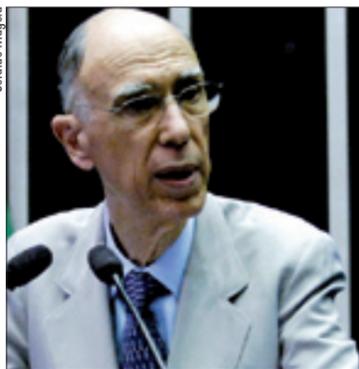
O projeto, de Renato Casagrande (PSB-ES), receberá decisão terminativa. O senador afirmou que os proprietários de carros costumam ser sacrificados no início do ano, quando devem recolher o DPVAT junto com outras cobranças, como IPVA, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e matrículas escolares.

Senador ressalta que bibliófilo era membro da Academia Brasileira de Letras desde 2006 e uma pessoa reconhecidamente voltada para o desenvolvimento cultural do país

Marco Maciel lamenta morte do empresário José Mindlin

MARCO MACIEL (DEM-PE) lamentou ontem a morte do empresário e bibliófilo José Ephim Mindlin, ocorrida no domingo, aos 95 anos de idade. Marco Maciel encaminhou um requerimento para a inserção em ata de voto de profundo pesar e também a apresentação de condolências aos familiares, à Academia Brasileira de Letras, à Universidade de São Paulo (USP) e a outras instituições a que se filiara José Mindlin.

O senador disse que Mindlin, imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 2006, era reconhecidamente uma pessoa voltada para o desenvolvimento



Marco Maciel: biblioteca doada à USP era "extremamente rica e preciosa"

cultural do país e, ao longo de sua vida, tornou-se um emblema do livro.

– Não foi sem razão que Celso Lafer, ministro das Relações Exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso, disse que Mindlin deixa legados em muitos campos e o maior deles foi a doação da biblioteca – com 38 mil títulos, uma das mais completas do Brasil – à Universidade de São Paulo – assinalou.

Maciel acrescentou que a biblioteca de Mindlin era "extremamente rica e preciosa", montada a partir de uma estrutura diferenciada com livros especializados de tiragens limitadas que não se encontram em grandes bibliotecas.

Valter Pereira defende redução da maioria penal para 16 anos

Em crítica às "penalidades brandas" aplicadas a delinquentes jovens no país, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que reduz a maioria penal para 16 anos. Ele se referiu, em especial, ao caso do adolescente que participou do assassinato do menino João Hélio, ocorrido no Rio de Janeiro no início de 2007.

O exame definitivo da proposta pelo Senado, segundo Valter Pereira, esbarra em interpretação equivocada de muitos senadores com relação aos direitos humanos. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas ainda não está incluída na pauta do Plenário.

– A aprovação dessa mudança, entretanto, esbarra nos freios de anacrônicos paradigmas. A visão desfocada dos direitos humanos



Senador diz que visão equivocada mantém penalidade branda para menor

tem sido o pior deles. Ao alargar a interpretação de tais princípios, mantém-se a impunidade de uma legião de delinquentes dessa faixa etária – disse.

Valter Pereira comentou ainda o artigo "João Hélio e os direitos humanos", publicado pelo bispo-auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Uma vida dedicada aos livros e ao Brasil

Nascido em São Paulo (SP), filho de imigrantes judeus ucranianos, José Mindlin (1914-2010) notabilizou-se pela paixão pelos livros e pelo zelo com que, desde criança, dedicou-se a montar uma das maiores bibliotecas do país, em grande parte relacionada à história e aos estudos do Brasil. Com a esposa, Guita, chegou a pesquisar, comprar e organizar cerca de 45 mil volumes, muitos deles raríssimos, como manuscritos históricos e literários.

Mas o bibliófilo, que optou por uma vida simples, jamais teve intenção de guardar tudo para si ou para sua família: sua imensa biblioteca foi doada à Universidade de São Paulo (USP), onde estudou Direito. "Sou apenas guardião dos livros", costumava dizer, preocupado em facilitar o acesso a pesquisadores e estudantes. Para efetuar a



Filho de imigrantes judeus, Mindlin formou-se em Jornalismo e Direito

doação, Mindlin precisou enfrentar grande burocracia relacionada às leis tributárias do país.

Jornalista e advogado, formado pela própria USP, Mindlin tornou-se empresário em 1950, fundando a Metal Leve, dedicada a peças automotivas, negócio que presidiu até 1996. Nunca, porém, abandonou a paixão pela leitura e o cuidado com

sua biblioteca, que iniciou quando tinha apenas 13 anos de idade. Em 2006, Mindlin foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 2008, seu rico acervo foi finalmente transferido para o edifício da Brasileira USP, no campus da instituição. A biblioteca pode ser acessada pelo site <http://www.brasiliana.usp.br/index.php>.

Rosalba agradece por título de cidadã honorária de Natal

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) agradeceu antecipadamente ontem pelo título de Cidadã Natalense, que receberá no Dia Internacional da Mulher – 8 de março – da Câmara Municipal de Natal. Ela disse que, mesmo tendo nascido em Mossoró (RN), tem uma relação de afeto com a "linda capital, de praias maravilhosas, de um povo que realmente sabe cativar".

– Foi nessa cidade onde recebi o meu diploma de médica, onde meus filhos estudaram, onde aprendi lições maravilhosas de cidadania, de solidariedade, onde, em muitas lutas, nos somamos em benefício de Natal e do Rio Grande do Norte – declarou.

No discurso, a senadora cobrou mais investimentos em



Rosalba lembra que grande parte de sua vida está ligada à capital

seu estado nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Rosalba também defendeu um compromisso da população brasileira pelos direitos das mulheres e pelo fim da violência doméstica e no trabalho, tanto física quanto psíquica.

Paim lamenta assassinato do secretário de Saúde de Porto Alegre

Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem o assassinato de Eliseu Felipe dos Santos, secretário de Saúde de Porto Alegre, na noite de sexta-feira. Ele foi baleado diante da mulher e da filha, depois de ter recebido ameaças de morte. O senador, que esteve no velório, disse que Eliseu dos Santos, seu amigo pessoal, filiado ao PDT, era um "homem

digno" que fazia um trabalho reconhecido.

Médico ortopedista, ele dedicou sua vida à saúde, continuou Paim. Em 1992, foi eleito vereador; em 1994, deputado estadual, reeleito em 1998. Em 2005, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre e, em 2007, assumiu a Secretaria de Saúde, "onde implantou uma agenda de mu-

danças no sistema de saúde da capital gaúcha".

O senador lembrou que Eliseu dos Santos teve uma "infância humilde", filho de um guarda noturno evangélico, tendo começado a trabalhar aos 13 anos como *office boy*. Antes de se formar, ele ajudava em orfanatos e asilos mantidos pela comunidade evangélica. Paim disse que falava

também em nome do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também lamentou a morte do secretário, para ele um político de grandeza e responsabilidade, um homem de fé. Lembrou que ele foi um grande fator para a vitória de José Fogaça para a prefeitura de Porto Alegre.



Paim disse que ex-secretário dedicou sua vida à saúde

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Gerardo Magela

César Borges argumenta que o benefício desafogará a demanda por hospitais públicos

Proposta incentiva concessão de plano de saúde a doméstico

O patrão que pagar plano de saúde para seu empregado doméstico poderá deduzir o respectivo gasto na declaração anual do Imposto de Renda. É o que determina projeto de lei (PLS 194/09) do senador César Borges (PR-BA) em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme a proposta, só poderá fazer a dedução o empregador que assinar a carteira de trabalho do funcionário. Além disso, terá de anotar na carteira o pagamento do plano de saúde. O texto restringe a dedução desses gastos a apenas um

empregado por patrão.

César Borges acredita que, além de beneficiar os empregados, a medida ajudará a desafogar os hospitais públicos. O senador argumenta ainda que os empregados domésticos não contam com todos os direitos básicos concedidos aos outros trabalhadores, como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou seguro-desemprego.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2008, o número de trabalhadores domésticos no Brasil é de 6,6 milhões.



Waldemar Barreto

Uma das propostas apresentadas por Gerson Camata foi sugerida pela Comissão de Bioética da CNBB

Dois projetos tratam de direitos de pacientes terminais

Dois projetos do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que tratam dos direitos de pacientes em fase terminal tramitam no Congresso, sendo que um já foi aprovado pelo Senado e remetido à Câmara e o outro ainda será votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto (PLS 116/00) que torna a ortotanásia legal está na Câmara dos Deputados. No Senado, foi aprovado com emendas pela CCJ, onde recebeu parecer do senador Augusto Botelho (PT-RR). De acordo com a proposta, não constitui crime, no âmbito dos cuidados paliativos aplicados a paciente terminal, deixar de usar meios desproporcionais e extraordinários em situação de morte iminente e inevitável, desde que haja

consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão. Para tanto, a medida determina que a situação de morte iminente deve ser atestada por dois médicos.

Já o PLS 524/09 possibilita – caso haja manifestação favorável da pessoa em fase terminal de doença ou, na impossibilidade de sua manifestação, da sua família ou de representante legal – a limitação ou a suspensão, pelo médico, “de procedimentos desproporcionais ou extraordinários destinados a prolongar artificialmente a vida”. O projeto foi elaborado pela Comissão de Bioética da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e apresentado por Camata.

Internauta pode opinar sobre legalização da ortotanásia

Em março, o internauta que acessa a página da Agência Senado poderá opinar se é favorável ou não à legalização da ortotanásia (suspensão ou limitação de procedimentos médicos extraordinários destinados unicamente a protelar a chegada da morte).

Projeto (PLS 524/09) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) permite ao doente terminal decidir sobre

a suspensão desses procedimentos médicos que o mantêm vivo. Camata explica que não defende a eutanásia, proibida pela legislação brasileira e condenada pela maioria das religiões. Como explicou, na ortotanásia o doente está seguindo o processo natural da morte.

A enquete da Agência Senado é uma parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop).

Lei que entrou em vigor no mês passado exige que, como já acontece com os livros, dois exemplares de toda obra musical do país sejam enviados à Biblioteca Nacional

Música brasileira agora terá a sua memória preservada



SANCIONADA EM 14 de janeiro, a Lei 12.192/10 assegura o registro, a guarda e a divulgação da

produção musical brasileira, além da preservação da memória fonográfica nacional. A nova legislação entrou em vigor no dia 15 de fevereiro e segue o modelo já adotado para as obras bibliográficas. Os produtores e editores deverão remeter à Biblioteca Nacional no mínimo dois exemplares de cada obra editada ou gravada, além da sua versão em arquivo

digital. A medida deve ser tomada no prazo de 30 dias após a publicação da obra.

A lei define como obras musicais partituras, fonogramas e videogramas musicais. Determina ainda que as despesas de porte decorrentes do depósito legal de obras musicais são de responsabilidade exclusiva dos respectivos depositantes. A Biblioteca Nacional fornecerá recibos de depósito de todas as obras musicais arrecadadas e as deixará disponíveis para consulta pública em versão impressa, em formato digital, em fonograma, em videograma e outros meios.

A entrega e o recolhimento das obras pela Biblioteca Nacional poderão ser descentralizados por meio de convênios com outras instituições, facilitando o acesso de músicos e compositores de todo o país aos locais que farão o repasse do material.

A lei determina que o descumprimento do depósito legal levará à multa de até cem vezes o valor da obra no mercado ou à apreensão de exemplares em número suficiente para cumprir a exigência da lei. No caso de publicação musical oficial, a autoridade responsável responderá pessoalmente pelo descumprimento da lei.



Paulo Lima

Comitiva de artistas pediu a aprovação do projeto em 2008 durante visita ao então presidente do Senado, Garibaldi Alves

Especialistas questionam efeitos da lei

Apesar de pretender preservar a memória musical brasileira, a nova lei recebeu críticas de especialistas da área. Guto Santana, consultor jurídico em direito autoral, avalia que a nova legislação prestará um desserviço se fizer com que algum compositor pense que pode esperar até que a gravadora ou o produtor cumpram com o mencionado depósito legal para que sua obra fique registrada. O especialista explica que, ao lançar um CD, por exemplo, já está caracterizada a publicidade da obra, que é uma prova juridicamente válida para atestar a titularidade dela. Guto Santana enfatiza que, a partir desse momento, o compositor já está seguro, mesmo sem o depósito legal.

Na opinião do produtor musical Dennis Zasnicoff, obrigar editoras e produtores fonográficos a realizar os registros na Biblioteca Nacional pode ter resultados inesperados. Ele considera que, por um lado, a medida alivia a responsabilidade do autor que tiver suas obras editadas ou gravadas, já que o registro terá que ser feito pela editora ou gravadora. No entanto, os custos de edição e produção certamente aumentarão para o cliente, ponderou o produtor.

O relator do projeto que deu

origem à lei, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), avalia, contudo, que a ação encontra respaldo no cenário internacional, com a instituição do depósito legal para obras de diversas naturezas, dentre elas livros e fonogramas.

O senador dá como exemplo Portugal, onde o depósito legal do universo jurídico deve ser feito na Biblioteca Nacional daquele país, uma determinação fixada por lei desde 1982 naquele país.

É preciso popularizar

Menos da metade das cidades brasileiras possui grupos musicais. Apenas um em cada dez municípios tem orquestra



Fonte: Stock/XCHNG

Fonte: Ministério da Cultura

Novo tratamento contra remédios falsificados

Sistema Nacional de Controle de Medicamentos entra em vigor e pretende, até 2012, ser antídoto definitivo contra a ação dos falsificadores

COMPRAR REMÉDIOS APENAS nas farmácias e drogarias não tem sido suficiente para resguardar os consumidores brasileiros das quadrilhas que atuam no comércio clandestino de medicamentos. Para auxiliar no combate à pirataria e ao contrabando, o Congresso aprovou a Lei 11.903/09. A norma instituiu o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que começa a funcionar este ano.

As embalagens dos remédios passarão a ter uma etiqueta de segurança, com um código de barras mais potente que o atual, capaz de armazenar milhares de informações. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lança, ainda este mês, campanha para orientar o consumidor sobre o perigo de usar medicamentos piratas e como o novo sistema de controle pode ajudar (veja infográfico acima).

As etiquetas de segurança serão fornecidas à indústria farmacêutica pela Casa da Moeda,

Atenção nos detalhes

O consumidor deve estar atento para os vários pontos da embalagem que ajudam a identificar o medicamento verdadeiro, único com procedência e eficiência comprovadas

- medicamento verdadeiro informa o número do **lote** e a data de **validade**
- exija **nota fiscal**
- medicamento verdadeiro deve estar **lacrado**
- medicamento verdadeiro informa o número do **registro** no Ministério da Saúde
- Novo código de barras virá em **etiqueta de segurança** impressa na Casa da Moeda
- medicamento verdadeiro possui **área para raspar**: raspou com metal, aparecem a palavra **qualidade** e o nome do fabricante
- medicamento verdadeiro possui número de **telefone** para tirar dúvidas com o fabricante

Foto: Divulgação

Fonte: Anvisa

responsável pela impressão das cédulas de real. Segundo informações do assessor especial da presidência da Anvisa, Pedro Ivo Sebba Ramalho, as farmácias e drogarias serão obrigadas a instalar leitores ópticos para que os consumidores possam verificar a autenticidade dos medicamentos.

A lei deu prazo até janeiro de 2012 para que os laboratórios possam se adaptar ao novo sistema de rastreamento dos medicamentos. Enquanto isso, os consumidores terão de prestar atenção nas embalagens. Aquelas que não estiverem com a nova etiqueta de segurança devem continuar exibindo o

campo a ser raspado com auxílio de moeda ou algum metal, onde consta o nome do laboratório que produz o remédio.

Além disso, o consumidor deve observar o lacre na embalagem. Esses dois itens de segurança são obrigatórios, conforme Pedro Ivo, desde a criação da Anvisa, em 1999.

CPI criada pelo Senado precisa ser instalada, defende Tuma

O Senado criou em setembro do ano passado uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos. No entanto, até agora ela não saiu do papel porque os partidos ainda não indicaram os seus integrantes. "Vou encaminhar requerimento por escrito ao presidente José Sarney para buscar explicações

sobre esse atraso", informou ao **Jornal do Senado** o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que requereu a instalação da CPI.

O assunto, acrescentou, é de extrema importância para o cidadão brasileiro. As apreensões estão aumentando e revelando a gravidade do contrabando e da falsificação de remédios e equipamentos hospitalares no Brasil. "A CPI daria grande

contribuição para identificar e desbaratar essas quadrilhas sofisticadas, já que pode quebrar os sigilos fiscal, telefônico e bancário dos suspeitos e buscar informações mais seguras", sustentou.

Tuma citou como exemplo reportagem que mostra fábricas de fundo de quintal, na Colômbia, encapsulando medicamentos para enviar ao Brasil.

"Esses marginais acabam tendo em suas mãos um instrumento de morte", acusou. Para os casos em que houver óbito, o senador sugere o indiciamento do responsável por homicídio doloso. O Senado poderia, segundo ele, propor agravamento da pena de 15 para 20 anos, em caso de morte, e de dez para 13 anos, quando ocorrer lesão corporal grave.

Congresso quer aperfeiçoar a legislação

Anterior à CPI dos Medicamentos, cujo relatório final foi aprovado na Câmara em maio de 2000, a Lei 9.695/98 enquadrava na relação de crimes hediondos do Código Penal a falsificação, a corrupção, a adulteração e a alteração de medicamentos.

Mesmo assim, o comércio ilegal permaneceu ativo, abocanhando parte expressiva do mercado – cerca de 27%, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), movimentando de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano.

Diante desse quadro, o Congresso continua discutindo alternativas para aperfeiçoar a legislação. No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar uma nova versão do projeto (PLS 253/06), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que tipifica outros crimes decorrentes da pirataria de medicamentos.

Na Câmara, há nove projetos em tramitação. O mais antigo (PL 4.197/93) propõe o aumento da pena. Outro (PL 3.324/00) proíbe que farmácias e drogarias vendam produtos que não estejam relacionados com a saúde, medida implementada recentemente pela Anvisa.

Dicas

- ▶ **SÓ TOME MEDICAMENTOS** com receita do seu médico ou com orientação do farmacêutico (no caso dos isentos de prescrição).
- ▶ **NÃO SIGA CONSELHOS** de vizinhos, de pessoas da família ou de balconistas de farmácia ou drogaria. Você pode ter surpresas com doses erradas, efeitos imprevistos ou até agravar uma doença por tomar um medicamento errado e sem efeito.
- ▶ **NÃO COMPRE MEDICAMENTOS** em feiras ou camelôs. Adquirir remédios em farmácias ou drogarias, de preferência naquelas que você já conhece.
- ▶ **MUITA ATENÇÃO COM** promoções e liquidações: preços muito baixos podem indicar origem duvidosa, nenhuma garantia de qualidade ou até mesmo produto roubado.
- ▶ **EXIJA SEMPRE A** nota fiscal da farmácia ou drogaria.
- ▶ **GUARDE A NOTA** fiscal, a embalagem, a cartela ou o frasco do medicamento. Eles são seu comprovante, para dar queixa em caso de irregularidade.
- ▶ **SE O MEDICAMENTO** que sempre foi eficaz deixar de fazer efeito de repente ou se a pessoa que está usando o remédio piorar, recorra

ao médico. Ele vai corrigir o tratamento e, se for o caso, passar o assunto para a Vigilância Sanitária investigar.

Na hora da compra, verifique sempre na embalagem do medicamento:

- ▶ **SE CONSTA A** data de validade, se o nome está bem impresso e pode ser lido facilmente, se não há rasgos, rasuras ou informação que tenha sido apagada ou raspada.
- ▶ **TAMBÉM É PRECISO** constar o nome do farmacêutico responsável e o número de sua inscrição no Conselho Regional de Farmácia. O registro do farmacêutico responsável deve ser do mesmo estado em que a fábrica do medicamento está instalada.
- ▶ **VERIFIQUE NA EMBALAGEM** o número do registro do medicamento no Ministério da Saúde, o número do lote impresso na parte de fora. Ele deve ser igual ao que vem impresso no frasco ou na cartela interna.
- ▶ **NÃO COMPRE MEDICAMENTOS** com embalagens amassadas, lacres rompidos, rótulos que se soltam ou estejam apagados e borrados.
- ▶ **SE VOCÊ COSTUMA** usar um medicamento, ao comprar uma nova caixa verifique se há qualquer mudança.

Denúncias são fundamentais contra a pirataria

Mais de 90% das operações de apreensão de remédios falsos, contrabandeados ou adulterados, montadas pela Anvisa em conjunto com a Polícia Federal (PF) e outros órgãos de governo, decorrem de denúncias de consumidores e "cidadãos conscientes" que acionam a ouvidoria e o número 0800 da agência. A informação é do delegado da PF Adilson Bezerra, chefe da assessoria de segurança institucional da Anvisa, que mostra como é importante a participação do cidadão no combate a essas ações criminosas. "Todas as denúncias são efetivamente apuradas", assegurou Bezerra ao **JS**.

Após a criação dessa assessoria, em 2007, com maior aproximação entre Anvisa e PF, o número de apreensões subiu



significativamente. No ano passado, 63 operações conjuntas foram desencadeadas e mais de 500 estabelecimentos foram inspecionados, dos quais 150 sofreram interdição parcial ou total. "Não cresceu a venda de produtos pirateados ou falsificados. Aumentou-se o combate a esse delito", declarou o delegado.

Em todas as fronteiras, por-

tos e aeroportos, os fiscais da Vigilância Sanitária atuam em conjunto com PF, Receita e, nas estradas, Polícia Rodoviária. A etapa agora é intensificar o treinamento das vigilâncias sanitárias municipais e estaduais, de policiais civis, federais e rodoviários, além da sociedade civil. No ano passado, 400 servidores foram treinados. Em 2010, a meta é atingir 4 mil.

Saiba mais

Ouidoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/ouvidoria
ouvidoria@anvisa.gov.br
SIA trecho 5, área especial 57,
lote 200, bloco D, 1º subsolo
CEP 71.205-050
Brasília – DF

Disque Denúncia da Anvisa

0800-6429782

Conselho Nacional de Combate à Pirataria

portal.mj.gov.br/combatepirataria

Disque Intoxicação da Anvisa

0800-7226001